

EDUCAÇÃO POPULAR E RESISTÊNCIA – UMA RELEITURA GRAMSCIANA PARA CONSTRUIR SABERES EMANCIPATÓRIOS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-040>

Data de submissão: 05/01/2025

Data de publicação: 05/02/2025

Antônio Nacílio Sousa dos Santos

Doutorando em Ciências Sociais
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Horizonte, Ceará – Brasil.
E-mail: naciliosantos23@gmail.com

José Neto de Oliveira Felipe

Doutorando em Ensino de Ciências Exatas (UNIVATES)
Faculdade de Caldas Novas (UNICALDAS)
Caldas Novas, Goiás – Brasil.
E-mail: profnetomatfis@gmail.com

Waldyr Barcellos Júnior

Mestre em Ensino
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Miracema, Rio de Janeiro – Brasil.
E-mail: waldyr_barcellos@hotmail.com

Carlos Rigor Neves

Mestrando em Ciências da Educação
Universidad Autónoma de Asunción (UAA)
Macapá, Amapá – Brasil.
E-mail: profcarlosrigor@gmail.com

Peterson Ayres Cabelleira

Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
São Borja, Rio Grande do Sul – Brasil.
E-mail: petersoncabelleira@hotmail.com

Wanderson da Silva Santi

Doutorando em Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Seropédica, Rio de Janeiro – Brasil.
E-mail: wsanti@firjan.com.br

Gabriel Barbosa Mendes

Mestre em Letras
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Juiz de Fora, Minas Gerais – Brasil.
E-mail: barletras@gmail.com

Marcos Teixeira de Souza

Doutor em Sociologia
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes
(IUPERJ/UCAM)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.
E-mail: prof1marcos@hotmail.com

Josiane de Kassia Marmentini

Mestre em Educação
Instituição Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Cascavel, Paraná – Brasil.
E-mail: josiane.marmentini@hotmail.com

Edimar Fonseca da Fonseca

Doutor em Educação em Ciências
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul – Brasil.
E-mail: fonseca.edimar@gmail.com

Érika da Silva Bezerra

Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação
Metropolitan University of Science and Technology (MUST)
Iguatu, Ceará – Brasil.
E-mail: erikasilva.b@hotmail.com

Bonifácio Araújo Guimarães

Especialista em Educação de Jovens e Adultos
Instituto Educacional Social de Portão (IESP)
Lauro de Freitas, Bahia – Brasil
E-mail: boni.guimaraes@hotmail.com.com

Joana Darque Ribeiro Ozório

Mestrando em Ciência e Tecnologia de Alimentos
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Dom Pedrito, Rio Grande do Sul – Brasil.
E-mail: joanaozorio@gmail.com

Matheus Nunes dos Santos

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Goiano (IF-Goiano/Campus Ceres)
Nova Glória, Goiás – Brasil.
E-mail: matheus.nunesufg@gmail.com

Bruno de Paula Checchia Liporaci

Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (PAPP)
Instituição Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Ituverava, São Paulo – Brasil.
E-mail: b.liporaci@unesp.br

RESUMO

Ao estudar os escritos de Antônio Gramsci, percebe-se que sua reflexão sobre a educação popular estabelece uma relação direta com as necessidades das classes menos favorecidas. Sua concepção educacional não se limita ao uso ideológico por parte das classes dominantes, mas também fornece subsídios teóricos para que as classes subalternas possam repensar e reconfigurar seus próprios caminhos rumo à emancipação. Nesse sentido, a história da educação popular, enquanto objeto desta pesquisa, pode ser analisada a partir dos desafios e tensões existentes entre as classes subalternas e as dominantes. Dessa forma, questionamos: de que maneira a educação popular pode atuar como um instrumento de resistência e emancipação das classes subalternas diante da hegemonia imposta pelas classes dominantes? Para conduzir essa análise, fundamentamo-nos nas obras de Antônio Gramsci (1980; 1981; 1982; 2001) e seus interlocutores como Brandão (2009), Del Roio (2006), Fonseca (2017), Freire (1979; 1980; 1987; 2011) e Schlesener (2016). Do ponto de vista metodológico, adotamos uma abordagem qualitativa, conforme Minayo (2016), aliada à pesquisa bibliográfica proposta por Gil (1999) e à compreensão interpretativa baseada na perspectiva de Weber (2009). Os resultados da pesquisa evidenciam que a educação popular atua como um instrumento de resistência e emancipação das classes subalternas ao promover a participação ativa dos sujeitos populares no processo educativo. A abordagem dialógica e crítica permite que os educandos reconheçam suas condições de subalternidade e desenvolvam estratégias para transformá-las. Além disso, a educação popular fortalece os movimentos sociais e organizações comunitárias, criando espaços de autonomia e luta contra a hegemonia imposta pelas classes dominantes.

Palavras-chave: Educação Popular. Emancipação. Hegemonia. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

1.1 EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E A LUTA DAS CLASSES SUBALTERNAS – INTRODUZINDO

A educação popular, conforme concebida por Gramsci, não se limita ao ensino formal, mas se apresenta como um espaço de construção crítica do conhecimento e da consciência de classe (Santos, *et. al.*, 2024). Para ele, a hegemonia das classes dominantes é sustentada por meio da educação institucionalizada, que reforça a ideologia dominante e dificulta a organização dos grupos subalternos. Entretanto, a educação popular pode atuar como um contraponto a essa estrutura ao proporcionar um processo educativo que emerge das necessidades da classe trabalhadora. Como destaca Gramsci, “[...] todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2001, p. 15). Nesse sentido, a escola tradicional, segundo Gramsci, “[...] é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” e, por isso, é fundamental que os grupos subalternos criem seus próprios intelectuais orgânicos, pois “[...] o enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais” (Gramsci, 2001, p. 19).

Para Gramsci, um ‘intelectual atual’ (utilizando a expressão do seu adversário Gentile), um ‘intelectual orgânico’, tem como dever ‘democratizar-se’, ser ‘nacional-popular’, adotar o ponto de vista da ‘classe subalterna’, sem que isso signifique um rebaixamento das atividades científicas, mas um processo político de educação dos ‘simples’ (Fonseca, 2017, p. 113).

Para Brandão (2009: 37):

A educação popular é, hoje, a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que a sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe. Portanto, mais importante do que pretender defini-la, fixar a verdade de seu ser, é descobrir onde ele se realiza e apontar as tendências por meio das quais ela transforma a educação na vivência da educação popular.

Os desafios enfrentados pelas classes subalternas no acesso e na consolidação de uma educação verdadeiramente emancipadora são diversos e estruturais. Como aponta Schlesener (2016), a reprodução da ideologia dominante através da educação convencional impõe “grilhões invisíveis”¹

¹ Os “grilhões invisíveis” que aprisionam as classes subalternas dentro da lógica da dominação ideológica são amplamente debatidos por Schlesener (2016) em seu artigo intitulado **“Grilhões Invisíveis”: Educação e Ideologia na Reprodução da Hegemonia**. A autora argumenta que a educação formal, estruturada sob os moldes da ideologia dominante, opera de maneira sutil para naturalizar as desigualdades sociais e impedir a emergência de uma consciência crítica entre os

que naturalizam as desigualdades sociais e limitam as possibilidades de transformação da realidade (p. 13). Esses grilhões, segundo a autora, “[...] convencem que a reprodução social da vida material é aquela que se apresenta e nenhuma outra” (Schlesener, 2016, p. 25), perpetuando assim um modelo de ensino que reforça a subordinação das classes populares. Em contraposição, a educação popular busca romper com essa estrutura, promovendo uma aprendizagem crítica e coletiva, na qual os sujeitos históricos se reconhecem como protagonistas da mudança social. Como destaca Schlesener, “[...] a ciência e a educação devem vir a ser formas de emancipação, de subversão da práxis” (Schlesener, 2016, p. 88), transformando a escola em um espaço de luta e organização dos trabalhadores.

A escola é um espaço privilegiado para iniciar a romper esses grilhões ideológicos que nos prendem e nos fazem acreditar que a dominação é natural, que a desigualdade existe porque os indivíduos têm capacidades diferentes e alguns vencem e outros perdem, porque vemos as relações sociais da perspectiva do positivismo ou do liberalismo. [...] Temos que subverter esta prática e mostrar que a escravidão histórica continua em novas formas invisíveis de dominação, que agora passam pela formação de nossa subjetividade (Schlesener, 2016, p. 181-182).

A definição de educação popular está profundamente ligada à noção de participação ativa e ao reconhecimento do saber popular como um elemento essencial no processo educativo (Santos, *et. al.*, 2024). Paulo Freire, um dos maiores expoentes desse campo, enfatiza que a educação deve partir da realidade dos educandos e ser construída de forma dialógica², possibilitando a tomada de consciência sobre as opressões vividas. Para ele, “[...] a educação popular, ao contrário da educação bancária³, não

trabalhadores. Esse processo ocorre não apenas pelo conteúdo transmitido, mas também pelos mecanismos simbólicos que reforçam a aceitação da estrutura vigente como única alternativa possível. Assim, a educação popular surge como um contraponto essencial a essa lógica, pois busca romper com essa invisibilidade ideológica e fomentar a construção de uma nova hegemonia baseada na emancipação social. Ver: SCHLESENER, A. **Grilhões Invisíveis: Educação e Ideologia na Reprodução da Hegemonia**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 66, p. 13-41, 2016.

² Para Gramsci, a dialógica está intrinsecamente relacionada à construção da hegemonia e à formação da consciência crítica das classes subalternas. Diferente de um processo unidirecional de transmissão de conhecimento, a dialógica se baseia na interação ativa entre os sujeitos, na qual o conhecimento é construído coletivamente por meio do confronto de ideias e da participação ativa dos grupos sociais na formulação de sua própria visão de mundo. Esse processo é fundamental para a criação de intelectuais orgânicos, indivíduos que emergem das classes populares e desempenham um papel essencial na articulação de uma nova hegemonia. Como destaca Gramsci (2001, p. 15), “[...] todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. Dessa forma, a dialógica, para Gramsci, não é apenas um método pedagógico, mas uma estratégia política para a emancipação das classes subalternas. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³ A **educação bancária**, conceito desenvolvido por Paulo Freire, refere-se a um modelo de ensino no qual os estudantes são vistos como recipientes passivos de conhecimento, enquanto o professor assume o papel de único detentor do saber. Nesse sistema, o aprendizado ocorre de maneira mecânica e hierárquica, reforçando a opressão e limitando o desenvolvimento da consciência crítica dos educandos. Freire critica essa abordagem, afirmando que ela reproduz a ideologia dominante e impede a emancipação dos sujeitos, pois “[...] na concepção ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios àqueles que julgam nada saber” (Freire, 2011, p. 79). Em contraposição, o autor propõe a educação problematizadora, que valoriza o diálogo e a participação ativa dos estudantes na construção do

se baseia na memorização mecânica de conteúdos, mas no diálogo e na problematização da realidade” (Freire & Nogueira, s/d, p. 47). Nesse sentido, Freire argumenta que “[...] não há educação neutra; toda prática educativa é política, pois sempre está a serviço de um projeto de sociedade” (Freire & Nogueira, s/d, p. 112), o que significa que a educação popular deve estar comprometida com a libertação dos oprimidos. Como aponta Brandão, “[...] a radicalidade da cultura rebelde está justamente em seu caráter contra-hegemônico⁴, no qual a educação popular se opõe ao domínio ideológico⁵ das classes dominantes” (Brandão, 2009, p. 39).

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham. Se, de fato, não é possível entendê-los fora de suas relações dialéticas com o mundo, se estas existem independentemente de como as percebem, é verdade também que a sua forma de atuar, sendo esta ou aquela, é função, em grande parte, de como se percebam no mundo (Freire, 2011, p. 100).

Diante desse contexto, a educação popular se apresenta como uma estratégia fundamental para a organização política das classes subalternas e para a construção de uma nova hegemonia baseada na emancipação social. Como destaca Brandão (2009), a educação popular não apenas ensina, mas também “[...] aprende com os oprimidos, reconhecendo e valorizando seus saberes e suas práticas como formas legítimas de conhecimento” (p. 73). Além disso, ele enfatiza que “[...] a educação popular se dá na luta, no confronto com a ideologia dominante, e não apenas na transmissão de

conhecimento, possibilitando a transformação da realidade social. Ver: FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

⁴ Para Gramsci, o conceito de **contra-hegemonia** refere-se à resistência e à construção de uma nova hegemonia que se opõe à dominação ideológica imposta pelas classes dominantes. Enquanto a hegemonia se estabelece por meio da imposição de valores, crenças e práticas culturais que garantem o consentimento das massas, a contra-hegemonia surge como um movimento de contestação, no qual os grupos subalternos desenvolvem uma visão crítica da realidade e lutam por um novo projeto de sociedade. Esse processo não ocorre apenas no âmbito político e econômico, mas também no campo cultural e educacional, onde a formação de intelectuais orgânicos desempenha um papel fundamental na articulação de uma consciência coletiva capaz de questionar e transformar a ordem estabelecida. Como aponta Gramsci (2001, p. 14), “[...] a luta pela hegemonia não se dá apenas no campo econômico, mas principalmente no campo ideológico e cultural, onde se travam as batalhas decisivas para a construção de uma nova sociedade”. Dessa forma, a contra-hegemonia representa um processo contínuo de disputa e resistência que busca romper com a dominação e instaurar novas formas de organização social. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵ Para Gramsci, o **domínio ideológico** é um dos pilares fundamentais da hegemonia das classes dominantes, pois opera por meio da imposição de valores, crenças e concepções de mundo que naturalizam a estrutura social vigente e garantem o consentimento dos grupos subalternos. Diferente da coerção direta exercida pelo aparato repressivo do Estado, o domínio ideológico se manifesta nas instituições culturais, na educação, na religião e nos meios de comunicação, moldando a percepção da realidade de maneira sutil e eficaz. Esse processo impede que as classes oprimidas desenvolvam uma consciência crítica, mantendo-as em uma posição de submissão e aceitação passiva da ordem estabelecida. Como afirma Gramsci (2001, p. 12), “[...] a hegemonia se mantém não apenas pela força, mas também pelo consenso que se constrói através das instituições culturais e educacionais, que difundem e legitimam a visão de mundo da classe dominante”. Dessa forma, o domínio ideológico é um mecanismo essencial para a perpetuação da hegemonia, tornando a luta contra-hegemônica um elemento central para a transformação social. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

conhecimentos” (Brandão, 2009, p. 83), o que significa que ela é um processo contínuo de resistência e transformação. Ao articular teoria e prática, essa perspectiva cria espaços de autonomia e resistência, nos quais a classe trabalhadora pode desenvolver sua consciência crítica e sua capacidade de luta. Como afirma Freire, “[...] quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor” (Freire & Nogueira, s/d, p. 147), o que reforça a necessidade de um processo educativo que não apenas denuncie as injustiças, mas também mobilize os sujeitos para a transformação da realidade.

A possibilidade concreta de produção de uma nova hegemonia popular no interior da sociedade classista é o horizonte da educação popular. A possibilidade (a utopia? o projeto histórico realizável?) de que, por efeito também da acumulação de um poder de classe, por meio da organicidade progressiva das práticas dos movimentos populares e do fortalecimento consequente do seu saber popular, venha a realizar-se uma transformação da ordem social, em um mundo solidário de igualdade e justiça, é o horizonte que se avista do horizonte da educação popular (Brandão, 2009, p. 34).

Em verdade, a dificuldade das classes subalternas em reconhecer sua condição decorre da hegemonia imposta pelas classes dominantes, que estruturam um sistema de valores e crenças que naturaliza a desigualdade e mantém os grupos explorados em uma posição de obediência passiva. Como destaca Schlesener (2016), “[...] a hegemonia é uma forma de dominação (e até de aliciamento) no contexto da luta de classes, [...] a força mistificadora da ideologia permite um ‘consentir sem consenso’, ou seja, o jogo político apoiado na ambiguidade das palavras” (p. 39). Além disso, a ideologia dominante reforça a alienação dos trabalhadores, pois “[...] a hegemonia se sustenta não apenas no controle dos meios materiais, mas na produção simbólica que define o que é legítimo e aceitável na sociedade” (Schlesener, 2016, p. 41). Dito isso, os grupos subalternos acabam por interiorizar a lógica dominante e atuar como massas de manobra, sem desenvolver uma consciência crítica que possibilite a ruptura com a opressão estrutural.

A hegemonia se sustenta não apenas no controle dos meios materiais, mas na produção simbólica que define o que é legítimo e aceitável na sociedade. A ideologia submete sem que o indivíduo ou o grupo se apercebam. A assimilação continuada de informações apresentadas como verdades absolutas e universais são fundamentais para a conservação de uma hegemonia, alterando de modo decisivo a forma e o conteúdo da luta de classes (Schlesener, 2016, p. 91).

Consequentemente, a educação popular surge como um meio de romper essa alienação, ao proporcionar um processo de conscientização que leva à compreensão da realidade social e política. Freire (1979) enfatiza que “[...] se uma comunidade sofre uma mudança econômica, por exemplo, a consciência se promove e se transforma em transitiva. Num primeiro momento, esta consciência é ingênua. Em grande parte é mágica. Este passo é automático, mas o passo para a consciência crítica

não é” (p. 39). Desse modo, esse processo educativo é essencial para que os indivíduos possam compreender a estrutura social que os oprime e, conseqüentemente, organizar-se coletivamente para transformar suas condições de vida. Como destaca Brandão (2009), “[...] a educação popular apenas gera um primeiro momento de passagem de uma educação para o povo a uma educação que o povo cria” (p. 34).

A conscientização da totalidade implica um processo dialético de aproximação da realidade, leitura de mundo para desvelar sua organização e as contradições que lhe são inerentes. A decodificação e problematização da realidade em sua diversidade requerem uma cisão e uma reorganização dos saberes e práticas em uma nova interação, o que configura a transformação da realidade, uma das transformações possíveis pela educação popular, ontem e agora (Brandão, 2009, p. 101).

Com efeito, além da conscientização individual, conforme Santos, *et. al.*, (2024) a educação popular fortalece os movimentos sociais e as comunidades periféricas, promovendo uma articulação coletiva para a luta por direitos. Como aponta Brandão (2009), “[...] a cultura popular como ponto de partida, com um trabalho de revisão de seus componentes tradicionalmente ‘dominados’ e em direção à produção de uma cultura orgânica de classe” (p. 35). Dito isso, essa perspectiva rompe com a visão tradicional da educação bancária, que impõe conteúdos prontos, e propõe um modelo dialógico e emancipador⁶. Segundo Freire (1987), “[...] o diálogo só existe quando aceitamos que o outro é diferente e pode nos dizer algo que não conhecemos” (p. 36).

Desse modo, as ações coletivas são essenciais para o fortalecimento das identidades das classes subalternas, pois possibilitam a construção de um projeto político e social alternativo. A cultura popular, nesse sentido, desempenha um papel estratégico, pois é através dela que as classes populares conseguem reafirmar sua identidade e resistir à dominação cultural imposta pelo capitalismo. Como argumenta Brandão (2009), “[...] não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem. É ao longo do processo coletivo de transformá-la, por meio do qual as classes populares se educam com a sua própria prática e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular” (p. 33). Dessa forma, a educação popular permite que os sujeitos marginalizados

⁶ Para Gramsci, a **emancipação** está diretamente ligada ao processo de conscientização das classes subalternas e à superação da hegemonia imposta pela classe dominante. Esse processo não ocorre de forma espontânea, mas exige a organização política e cultural dos grupos oprimidos, bem como a formação de intelectuais orgânicos que possam articular uma nova visão de mundo. A verdadeira emancipação, segundo Gramsci, não se limita à conquista de direitos econômicos ou políticos, mas envolve a construção de uma nova hegemonia que possibilite a transformação estrutural da sociedade. Ele afirma que “[...] a emancipação das classes subalternas só será possível quando estas forem capazes de criar sua própria concepção de mundo, rompendo com a ideologia dominante e estabelecendo uma nova direção moral e intelectual” (Gramsci, 2001, p. 14). Dessa forma, a emancipação para Gramsci é um processo coletivo e dialético, que exige a luta pela autonomia cultural, política e social das classes trabalhadoras. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

deixem de ser apenas receptores de conhecimento e passem a ser protagonistas na construção de uma nova realidade.

Portanto, realizar um trabalho de cultura popular junto ao povo significa assessorá-lo na tarefa de tornar-se, por si mesmo, passo a passo, capaz de ser o construtor de uma nova cultura popular a partir de novas práticas coletivas. Uma cultura despojada de valores impostos, estrangeiros e dominantes, que refletem a lógica do polo hegemônico da sociedade e sua visão da vida em sociedade (Brandão, 2009, p. 71).

O objeto desta pesquisa é a análise da educação popular como um instrumento de emancipação das classes subalternas, com foco em seu papel na formação da consciência crítica e no fortalecimento dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva gramsciana. O objetivo é compreender como a educação popular contribui para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos historicamente marginalizados e para a construção de um novo projeto hegemônico baseado na participação popular como resistência aos imperativos da classe dominante. Como aponta Brandão (2009), “[...] os pontos atuais de partida da educação popular são a criação de uma nova hegemonia, a cultura popular como ponto de partida e a participação dos sujeitos populares na transformação social” (p. 34). A pergunta que orienta esta investigação é: de que maneira a educação popular pode atuar como um instrumento de resistência e emancipação das classes subalternas diante da hegemonia imposta pelas classes dominantes?

A relevância desta pesquisa reside no fato de que, em um contexto de crescente desigualdade social e ataques aos direitos dos trabalhadores, a educação popular emerge como uma ferramenta essencial para a transformação social. Como aponta Schlesener (2016), “[...] a educação, a cultura, a religião, a ideologia, tornam-se instrumentos de formação de opinião pública para alcançar um consenso passivo” (p. 39). Além disso, Freire (1980) afirma que a transformação radical do sistema atual “[...] não será e nunca vai ser produto do bem querer dos articuladores do capitalismo e dos donos do capital, e sim, produto das lutas dos oprimidos por autonomia, emancipação e respeito aos direitos humanos” (p. 186). Assim, compreender e fortalecer a educação popular não é apenas uma necessidade acadêmica, mas uma estratégia de resistência fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2 METODOLOGIA DA ANÁLISE COMPREENSIVA: INTERPRETANDO A EDUCAÇÃO POPULAR E A RESISTÊNCIA SUBALTERNA

A pesquisa qualitativa é essencial para a compreensão dos fenômenos sociais, especialmente quando se trata de investigar questões relacionadas à educação, que neste caso é a educação popular

e à resistência das classes subalternas. Esse tipo de abordagem permite captar a subjetividade dos sujeitos envolvidos, suas experiências e interpretações da realidade. Conforme destaca Minayo (2007), “[...] a pesquisa qualitativa é aquela capaz de captar o significado que os indivíduos conferem às suas ações e às relações sociais em que estão inseridos” (p. 21). Essa característica é fundamental para um estudo que busca entender como a educação pode ser um instrumento de resistência e emancipação social.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2007, p. 21).

A escolha do método adequado para a investigação é determinante para a validade dos resultados e para a profundidade da análise. Segundo Gil (2008), “[...] a metodologia da pesquisa social deve ser definida a partir do problema de pesquisa, pois diferentes abordagens produzem diferentes formas de compreender a realidade” (p. 26). No caso da educação popular, é essencial adotar uma metodologia que permita interações diretas com os sujeitos estudados, como entrevistas abertas e observação participante – isso se o objeto necessitar de incursão de campo – o que não é este caso, para garantir que as vozes dos envolvidos sejam ouvidas e analisadas em seu contexto social e político.

A definição do método de pesquisa deve estar diretamente vinculada ao problema formulado. Dependendo da natureza da questão investigada, diferentes abordagens serão mais adequadas para captar as complexidades do fenômeno estudado. A escolha metodológica impacta diretamente na validade e na confiabilidade dos resultados obtidos (Gil, 2008, p. 26).

Desse modo, além de capturar as subjetividades e interpretações dos sujeitos, a pesquisa qualitativa permite uma imersão mais aprofundada na realidade estudada. Como aponta Minayo (2007), “[...] a imersão no campo possibilita ao pesquisador compreender os processos dinâmicos da realidade social e identificar elementos que não seriam percebidos por meio de métodos quantitativos” (p. 37). Essa característica torna a abordagem qualitativa particularmente adequada para o estudo da educação popular, pois permite identificar as estratégias de resistência das classes subalternas e analisar a formação de uma consciência crítica.

Soma-se a isso, outro aspecto relevante da pesquisa qualitativa que é sua flexibilidade, que permite ao pesquisador adaptar seus instrumentos e técnicas de coleta de dados conforme as particularidades do campo. Gil (2008) ressalta que “[...] a pesquisa qualitativa não segue um roteiro

rígido, pois sua principal preocupação é interpretar as ações e discursos dos sujeitos a partir de sua própria lógica e contexto” (p. 49). Essa flexibilidade é essencial para um estudo que analisa práticas educativas e processos de conscientização, uma vez que tais fenômenos não são estáticos e se modificam ao longo do tempo e do espaço.

Por outro lado, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel central na construção do conhecimento científico, especialmente quando se trata de um estudo fundamentado na teoria de Antonio Gramsci e seus interlocutores. Esse método permite ao pesquisador acessar e interpretar um vasto conjunto de materiais teóricos, garantindo uma abordagem crítica e fundamentada. Como destaca Gil (2008), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50). Além disso, essa abordagem “[...] permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2008, p. 51), o que a torna especialmente relevante para a investigação de conceitos complexos como hegemonia e educação popular.

A pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado tema, proporcionando uma base teórica sólida e permitindo a construção de uma análise crítica. Além disso, esse tipo de pesquisa permite uma cobertura mais ampla de fenômenos do que a pesquisa direta (Gil, 2008, p. 50-51).

Desse modo, a escolha da pesquisa bibliográfica como metodologia principal justifica-se pela centralidade teórica da investigação, que se ancora nas contribuições de Gramsci e dos pesquisadores que estudam sua obra. Esse método permite mapear o debate acadêmico sobre o tema e identificar diferentes perspectivas, enriquecendo a análise. Minayo (2007) ressalta que “[...] a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental do trabalho científico, pois possibilita situar o objeto de estudo dentro do conhecimento acumulado e orientar o pesquisador na formulação de hipóteses e na definição de seu referencial teórico” (p. 45). Além disso, ela possibilita o diálogo entre diferentes tradições intelectuais, ampliando o escopo da pesquisa e permitindo uma interpretação mais aprofundada das questões investigadas.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa essencial da construção do conhecimento científico. Ao mapear o conhecimento já produzido sobre um tema, ela permite ao pesquisador situar seu objeto de estudo dentro do campo acadêmico e identificar lacunas, perspectivas e debates em andamento. Além disso, possibilita a articulação entre diferentes referenciais teóricos, ampliando a capacidade de análise e interpretação dos fenômenos sociais. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é apenas um levantamento de informações, mas um processo crítico e reflexivo que orienta a formulação das hipóteses e o desenvolvimento teórico da pesquisa (Minayo, 2007, p. 45).

Diante disso, outro aspecto relevante da pesquisa bibliográfica é sua capacidade de cobrir uma ampla gama de fenômenos sem a necessidade de incursões diretas no campo. Isso é especialmente importante quando se trata de estudos teóricos ou históricos, nos quais o conhecimento acumulado por outros pesquisadores se torna a principal fonte de dados. Como aponta Gil (2008), “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 51). No caso deste estudo, essa abordagem possibilitou uma análise aprofundada da educação popular e da resistência das classes subalternas sob a ótica gramsciana, sem a necessidade de trabalho de campo.

Em tempo, a pesquisa bibliográfica também permite um diálogo entre diferentes autores e perspectivas, promovendo uma compreensão mais complexa e abrangente do tema investigado. Além disso, evita a limitação imposta por fontes isoladas, garantindo que as informações utilizadas sejam cotejadas e analisadas criticamente. Minayo (2007) afirma que “[...] uma pesquisa bibliográfica bem conduzida deve ser crítica e comparativa, de modo a evitar a mera reprodução de discursos e construir uma análise reflexiva e fundamentada” (p. 36). Assim, esse método permite ao pesquisador identificar contradições, lacunas e contribuições relevantes na literatura existente, promovendo um entendimento mais dinâmico e aprofundado.

A pesquisa bibliográfica é uma prática fundamental na construção do conhecimento científico. Seu objetivo é situar o pesquisador dentro do estado da arte de um determinado campo do saber, permitindo que compreenda as principais correntes teóricas, os debates mais relevantes e as lacunas existentes. Mais do que um levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica possibilita a construção de um olhar crítico sobre a literatura existente, evitando a simples reprodução de discursos e favorecendo a formulação de novas questões de pesquisa. Assim, ao integrar diferentes perspectivas e tradições intelectuais, esse método permite ao pesquisador ampliar a compreensão do fenômeno estudado e estabelecer conexões teóricas que enriquecem a análise (Minayo, 2007, p. 46).

Desse modo, a escolha da pesquisa bibliográfica para este estudo reflete a necessidade de um método que possibilite a articulação entre teoria e prática, garantindo uma abordagem metodológica coerente com a problemática investigada. Como destaca Minayo (2007), “[...] a pesquisa social não pode prescindir de um sólido referencial teórico, pois é a partir dele que se constroem categorias analíticas capazes de interpretar a realidade estudada” (p. 46). Dessa forma, essa perspectiva não apenas fundamenta a análise, mas também contribui para a construção de um conhecimento crítico e transformador sobre a educação popular e a resistência das classes subalternas.

Já a análise compreensiva busca interpretar os fenômenos sociais a partir da articulação entre os significados atribuídos pelos sujeitos e as condições estruturais que os moldam. No contexto dos escritos de Antônio Gramsci, a compreensão da educação popular exige a consideração das relações

de hegemonia e contra-hegemonia, uma vez que o autor destaca que “[...] todo grupo social que chega a dominar deve, necessariamente, organizar sua hegemonia sobre a sociedade” (Gramsci, 1981, p. 51). Assim, a educação não pode ser vista apenas como instrumento das classes dominantes, mas também como uma arena de disputa ideológica, na qual os setores populares constroem alternativas contra-hegemônicas.

Minayo (2002; 2006), fazendo uma reflexão densa acerca do diálogo entre hermenêutica (compreensão) e dialética (crítica), nos traz princípios que podem servir de baliza para a operacionalização do método de interpretação de sentidos. Dentre esses princípios, destacamos que, para que possamos interpretar os nossos dados, é preciso: (a) buscar a lógica interna dos fatos, dos relatos e das observações; (b) situar os fatos, os relatos e as observações no contexto dos atores; (c) produzir um relato dos fatos em que seus atores nele se reconheçam (Minayo, 2006, p. 99).

Logo, a metodologia da análise compreensiva permite captar a profundidade das relações sociais ao considerar não apenas os discursos explícitos, mas também as estruturas sociológicas subjacentes. Minayo (2006) aponta que essa abordagem se baseia na articulação entre “[...] as estruturas semânticas (significantes) e as estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem” (p. 99). Essa perspectiva é fundamental para compreender como a educação popular, na visão de Gramsci, pode atuar como um instrumento de emancipação das classes subalternas, rompendo com a dominação ideológica imposta pelo bloco hegemônico.

Com base em Minayo (2006), podemos considerar que a interpretação consiste em relacionar as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem. Nesse sentido, articulamos a superfície do texto descrita e analisada com os fatores que determinam suas características (Minayo, 2006, p. 90).

Ao aplicar essa abordagem ao estudo da educação popular em Gramsci, percebe-se que sua concepção educacional não se limita a uma reprodução passiva da ideologia dominante, mas busca construir formas de resistência e transformação social. O conceito gramsciano de “intelectual orgânico” é central nesse processo, pois evidencia a importância de agentes comprometidos com a luta política e cultural das classes populares: “[...] os intelectuais orgânicos desempenham um papel crucial na articulação e difusão de uma nova consciência de classe” (Gramsci, 1981, p. 123). Dessa forma, a educação popular pode ser vista como um espaço de formação de lideranças e de desenvolvimento do pensamento crítico.

Dito isso, a análise compreensiva nos permite interpretar o pensamento de Gramsci não apenas como um modelo teórico abstrato, mas como um instrumento analítico para compreender e intervir na realidade educacional. Como destaca Minayo (2006), a interpretação na pesquisa social deve “[...]”

relacionar as estruturas sociais e os discursos analisados, de modo a produzir um conhecimento crítico e contextualizado” (p. 90). Assim, estudar os escritos gramscianos a partir dessa abordagem possibilita reconhecer a educação popular como um espaço de disputa de significados, onde a luta pela hegemonia se manifesta tanto nos conteúdos ensinados quanto nas relações pedagógicas estabelecidas.

Para fazermos interpretação, além de termos como base as inferências que conseguimos realizar com os resultados da nossa pesquisa, precisaram também de uma sólida fundamentação teórica acerca do que estamos investigando. No ponto de vista da abordagem quantitativa, a aplicação de testes estatísticos poderia ser uma base para a interpretação de resultados. Chegamos a uma interpretação quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa; os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada (Minayo, 2006, p. 90).

3 EDUCAÇÃO POPULAR E RESISTÊNCIA: UMA RELEITURA GRAMSCIANA PARA CONSTRUIR SABERES EMANCIPATÓRIOS

A educação popular, sob uma releitura gramsciana, constitui um espaço fundamental para a construção de saberes emancipatórios, capazes de romper com a hegemonia cultural imposta pelas classes dominantes. Gramsci argumenta que “[...] não existe necessariamente uma oposição recíproca entre a ‘classe dirigente política’ e os ‘intelectuais’, ou ainda, entre os ‘intelectuais’ e a ‘classe subalterna’ [...], pois esta pode se colocar na condição de dirigente” (Fonseca, 2017, p. 113). Nesse sentido, a educação popular não deve ser compreendida apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas como um meio de reorganização política das classes trabalhadoras.

Gramsci percebia a importância da educação no contexto das relações de hegemonia enquanto caminho de construção da identidade de classe. Para as classes trabalhadoras do início do século XX, a luta pela hegemonia implicava necessariamente fazer a sua leitura da história, a fim de identificar-se como classe e apresentar-se como projeto político e social revolucionário. Esse é o significado pedagógico da organização política, que incluía todas as instituições educativas criadas no movimento de organização da luta de classes (Schlesener, 2016, p. 19).

Desse modo, sob a perspectiva gramsciana, a educação popular emerge como um instrumento essencial para a resistência das classes subalternas e a construção de uma nova hegemonia (Santos, *et al.*, 2024). Para o teórico, a luta pela hegemonia implica não apenas uma disputa política e econômica, mas também um embate cultural e educacional, no qual a classe trabalhadora precisa desenvolver sua própria concepção de mundo. Como destaca Schlesener (2016), “[...] a hegemonia se sustenta não apenas no controle dos meios materiais, mas na produção simbólica que define o que é legítimo e aceitável na sociedade” (p. 41). Assim, a educação popular, ao problematizar a realidade e oferecer ferramentas para a construção de um pensamento autônomo, torna-se um espaço de resistência contra a dominação ideológica.

Com efeito, a resistência das classes subalternas passa, necessariamente, pela criação de intelectuais orgânicos, que, segundo Gramsci, desempenham um papel central na construção de uma nova hegemonia. Ele argumenta que “[...] ser ‘nacional-popular’ significa adotar o ponto de vista da ‘classe subalterna’, sem que isso signifique um rebaixamento das atividades científicas, mas um processo político de educação dos ‘simples’” (Fonseca, 2017, p. 113). Neste sentido, a educação popular não apenas combate a alienação imposta pelas classes dominantes, mas também fortalece a identidade de classe e a capacidade de organização política dos trabalhadores.

Gramsci faz a distinção entre os ‘intelectuais tradicionais’ e os ‘intelectuais orgânicos’: os primeiros são os intelectuais (indicado também como ‘intelectuais cristalizados’) que preservam a ordem ditada pelo capital, concebem a si mesmos como seres apartados do antagonismo social e inovadores do desenvolvimento sócio-histórico; os segundos são aqueles ligados ao mundo da produção, ao trabalho proletário e, assim, são os próprios ‘subalternos’ ou aqueles que defendem o ponto de vista da ‘classe subalterna’ e que atuam através ‘do partido de novo tipo’ (Fonseca, 2017, p. 114).

Depreende-se que os intelectuais orgânicos, conforme formulados por Gramsci, desempenham um papel central na luta das classes subalternas por emancipação e transformação social. Diferentemente dos intelectuais tradicionais, que reforçam a hegemonia dominante, os intelectuais orgânicos surgem das próprias camadas populares e trabalham para fortalecer a consciência de classe. Como aponta Schlesener (2016), “[...] o objetivo da reforma moral e intelectual, pressuposto da nova hegemonia, deve partir mais uma vez da verdade efetiva das coisas, quer dizer, da consciência e cultura dos subalternos” (p. 151). Esse processo educativo visa romper com o senso comum imposto pelas elites e criar uma nova visão de mundo baseada na luta e organização das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, para que a educação popular cumpra esse papel emancipatório, é essencial que esteja atrelada ao fortalecimento dos movimentos sociais e à formação de lideranças comprometidas com a transformação social. Segundo Fonseca (2017), “[...] o conceito gramsciano alargado de intelectual é aquele de aproximar os intelectuais (orgânicos) da força produtiva, na sua dimensão subjetiva, ou seja, o proletariado” (p. 114). Isso significa que os intelectuais orgânicos não atuam isoladamente, mas estão inseridos nas lutas concretas da classe trabalhadora, auxiliando na interpretação crítica da realidade e na construção de alternativas ao modelo hegemônico.

Desta maneira, a resistência da classe menos favorecida por meio da educação popular não é apenas um processo pedagógico, mas também político e cultural. Como destaca Schlesener (2016), “[...] o conhecimento se apresenta, para Gramsci, como um instrumento de poder e de dominação para os dominantes e como via de emancipação para os subalternos ou dominados” (p. 151). Isso reforça a

ideia de que a luta pelo conhecimento e pela formação política é essencial para romper com as estruturas de opressão e possibilitar a organização autônoma das classes subalternas.

Além disso, a construção de uma nova hegemonia por meio da educação popular exige a criação de espaços autônomos⁷ de formação e debate, onde os trabalhadores possam desenvolver uma nova concepção de mundo. Gramsci argumenta que “[...] a contestação e a rebeldia devem ser educadas numa ação cultural/política persistente, que passará decerto por uma fase econômico-corporativa, mas que não é capaz ainda de conceber a hegemonia e o universo das supraestruturas complexas que a compõe” (Schlesener, 2016, p. 151). Esse processo de conscientização é essencial para que a classe trabalhadora possa se organizar politicamente e disputar o controle dos espaços de poder.

Na luta pela hegemonia a questão do conhecimento e da linguagem é fundamental para a conquista da direção intelectual e moral da sociedade. Daí a força hegemônica que emana do controle dos meios de comunicação de massa e da formação de um consenso passivo; no contexto da mundialização do capital e da fusão das grandes potências midiáticas, o controle autoritário e imperialista se instaura de modo sutil e quase imperceptível. Desconstruir esse processo e gerar as condições de transformação social apresenta-se como o grande desafio que, a partir dos escritos de Gramsci, passam tanto pela organização política dos trabalhadores quanto pela formação cultural (Schlesener, 2016, p. 19).

De fato, a educação popular não apenas combate a alienação imposta pela ideologia dominante, mas também fortalece a identidade de classe e a capacidade de resistência das classes populares. Como explica Gramsci, “[...] o Príncipe Moderno é assim o produto mais elevado de um processo longo por meio do qual o povo trabalhador se faz classe e se faz partido” (Schlesener, 2016, p. 151). Ou seja, significa que a luta pela educação popular deve estar atrelada à construção de um projeto político⁸ capaz de enfrentar a dominação burguesa e propor uma nova forma de organização social.

⁷ Para Gramsci, a **educação popular** não pode estar subordinada às estruturas educacionais controladas pela classe dominante, pois estas reforçam a hegemonia vigente e limitam a capacidade crítica dos grupos subalternos. Assim, a educação popular exige a criação de **espaços autônomos**, onde os trabalhadores possam desenvolver uma nova concepção de mundo, livre da influência ideológica imposta pelo Estado e pelas instituições tradicionais. Esses espaços devem possibilitar a formação de intelectuais orgânicos, indivíduos que emergem da própria classe trabalhadora e desempenham um papel fundamental na construção de uma nova hegemonia contra-hegemônica. Como destaca Gramsci (2001, p. 15), “[...] a organização autônoma das classes subalternas é essencial para que possam construir sua própria visão de mundo, rompendo com os valores e normas impostos pela classe dominante”. Dessa forma, a educação popular, ao se afastar dos modelos tradicionais e se enraizar nas necessidades e experiências da classe trabalhadora, torna-se um instrumento essencial para a emancipação e a transformação social. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁸ Para Gramsci, a **educação popular** deve estar **atrelada à construção de um projeto político**, pois o processo educativo não é neutro, mas sim um campo de disputa ideológica. A educação, ao formar consciências, pode servir tanto para a manutenção da hegemonia dominante quanto para a construção de uma nova hegemonia que favoreça as classes subalternas. Nesse sentido, a educação popular precisa estar vinculada a um projeto político emancipatório, que possibilite a formação de uma consciência crítica e coletiva, essencial para a transformação social. Como aponta Gramsci (2001, p. 12), “[...] toda educação é política, pois envolve a transmissão e a assimilação de concepções de mundo que moldam a ação dos sujeitos na sociedade”. Assim, a educação popular deve ser um instrumento de luta, articulado com os interesses

A luta pela emancipação das classes populares por meio da educação popular exige um processo contínuo de formação política e cultural. Como explica Schlesener (2016), “[...] a educação das classes trabalhadoras assume grande importância enquanto caminho para a autonomia e a identidade de classe” (p. 149). Isso significa que a educação popular não pode ser reduzida a uma simples ferramenta pedagógica, mas deve ser compreendida como um meio de construção de uma nova concepção de mundo, na qual os sujeitos subalternos possam desenvolver uma consciência crítica e atuar coletivamente na transformação da sociedade.

Além disso, Gramsci enfatiza que a construção da hegemonia alternativa deve partir de uma nova linguagem e de novos símbolos⁹, que expressem os valores e os interesses da classe trabalhadora. Como ele afirma, “[...] uma nova hegemonia exige a construção de uma nova linguagem científica, uma nova forma de se relacionar com o mundo externo, um novo conjunto de símbolos” (Schlesener, 2016, p. 19). Assim, a educação popular tem o desafio de criar espaços de aprendizado que possibilitem a reinterpretção da realidade a partir da ótica dos oprimidos, uma vez que a luta pela hegemonia passa pela linguagem:

Na luta pela hegemonia a linguagem é um instrumento de unificação de uma vontade nacional e esse trabalho é feito pelos intelectuais. A tendência a formar uma elite distante do povo dificulta, para as classes dominantes, manter a hegemonia. Em geral, com o desenvolvimento do capitalismo e a inserção de novas tecnologias de comunicação de massa, bem como com a subordinação dos agentes de comunicação às empresas que os empregam, resolveu-se em grande parte o problema. A produção de um mercado de consumo de cultura de massa (cinema, novelas, best-sellers, etc.) sedimenta a hegemonia a partir da formação de um pensamento homogêneo, que se traduz em comportamentos adequados aos objetivos da hegemonia (Schlesener, 2016, p. 111).

A resistência da classe trabalhadora por meio da educação popular não se limita ao aprendizado individual, mas exige a formação de um coletivo politicamente consciente e organizado. Gramsci ressalta a importância da formação de uma nova cultura política para a superação da subalternidade, afirmando que “[...] a contestação e a rebeldia devem ser educadas numa ação cultural/política

da classe trabalhadora, e contribuir para a construção de uma nova ordem social baseada na autonomia e na justiça. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁹ Para Gramsci, a **construção de uma hegemonia alternativa** deve partir da criação de uma **nova linguagem e de novos símbolos**, pois a hegemonia dominante se mantém não apenas pelo controle político e econômico, mas também pela imposição de um conjunto de significados que naturalizam a ordem vigente. Dessa forma, para que as classes subalternas rompam com essa dominação, é necessário elaborar uma nova cultura, baseada em símbolos e discursos que expressem sua visão de mundo e fortaleçam sua identidade coletiva. Como destaca Gramsci (2001, p. 14), “[...] a luta pela hegemonia não se dá apenas no campo econômico, mas também no plano cultural e ideológico, onde se disputam os significados e valores que orientam a sociedade”. Assim, uma nova hegemonia exige a substituição dos símbolos e narrativas da classe dominante por formas expressivas que representem as aspirações dos trabalhadores, criando um novo senso comum que impulse a transformação social. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

persistente” (Schlesener, 2016, p. 151). Essa ação não ocorre de forma espontânea, mas deve ser construída com base em práticas educativas que articulem teoria e prática¹⁰, permitindo que os trabalhadores desenvolvam uma compreensão profunda das estruturas que os oprimem e dos meios para superá-las.

Com efeito, a educação popular, quando compreendida a partir da teoria gramsciana, revela-se como um poderoso instrumento de resistência e transformação social. Como conclui Schlesener (2016), “[...] a escola é um terreno privilegiado para as classes dominantes no sentido de preservar sua ideologia [...]. Mas a escola é também um espaço de contradições [...]; conhecer e explicitar essas contradições são um caminho fértil para a elaboração de um novo saber sobre a nossa realidade histórica” (p. 182). Assim, a luta pela educação popular não é apenas uma reivindicação pedagógica, mas um elemento central na construção de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na emancipação dos oprimidos.

Desta maneira, para que a educação popular seja um instrumento efetivo de resistência, é necessário que ela se articule com os intelectuais orgânicos, que, segundo Gramsci, têm o papel de construir uma nova hegemonia. Como ele enfatiza, “[...] ser ‘nacional-popular’ significa adotar o ponto de vista da ‘classe subalterna’, sem que isso signifique um rebaixamento das atividades científicas, mas um processo político de educação dos ‘simples’” (Fonseca, 2017, p. 113). Dessa forma, a formação política dos trabalhadores não deve ser meramente técnica ou escolarizante¹¹, mas um processo crítico que os capacite a entender sua própria posição na sociedade.

¹⁰ Para Gramsci, **práticas educativas que articulem teoria e prática** são fundamentais para a construção de uma consciência crítica e para a formação de sujeitos capazes de transformar a realidade social. Ele critica a separação tradicional entre o conhecimento teórico, restrito às elites, e o conhecimento prático, associado às classes trabalhadoras, pois essa divisão reforça a hegemonia da classe dominante. Para romper com essa lógica, é necessário um modelo educativo que una reflexão e ação, permitindo que os educandos compreendam as estruturas que moldam sua condição social e desenvolvam estratégias de resistência e transformação. Como afirma Gramsci (2001, p. 25), “[...] o conhecimento não pode ser um elemento isolado da prática, mas deve estar integrado ao processo histórico de luta das classes subalternas”. Dessa forma, a educação popular deve promover uma aprendizagem dialética, na qual a teoria ilumina a prática e a prática redefine a teoria, garantindo um ensino comprometido com a emancipação social. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹ Para Gramsci, a **formação política dos trabalhadores não deve ser meramente técnica ou escolarizante**, pois a simples transmissão de habilidades técnicas não é suficiente para a emancipação das classes subalternas. Ele argumenta que a educação deve ir além do ensino formal e instrumental, promovendo a formação de uma consciência crítica que permita aos trabalhadores compreenderem as estruturas de dominação e participarem ativamente da luta pela construção de uma nova hegemonia. A separação entre conhecimento técnico e consciência política serve aos interesses da classe dominante, pois impede que os trabalhadores desenvolvam uma visão ampla da realidade social e das possibilidades de transformação. Como afirma Gramsci (2001, p. 34), “[...] não basta que o trabalhador adquira habilidades técnicas; é necessário que compreenda o papel que desempenha na sociedade e se organize politicamente para transformar sua condição”. Dessa forma, a educação popular deve articular teoria e prática, garantindo que o aprendizado esteja sempre vinculado à luta por autonomia e justiça social. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Se a realidade efetiva assim se manifesta, tudo fica mais claro no enorme desafio que tem pela frente a processualidade que venha se direcionar para a emancipação do trabalho humano. Será preciso uma massa de intelectuais organicamente vinculados aos interesses históricos do mundo do trabalho, postados de modo antagônico ao mundo criado pela burguesia. Uma nova hegemonia exige a construção de uma nova linguagem científica, uma nova forma de se relacionar com o mundo externo, um novo conjunto de símbolos (Schlesener, 2016, p. 91).

Nesse sentido, a construção da hegemonia alternativa depende do fortalecimento das ações coletivas e da criação de espaços autônomos de formação. Segundo Gramsci, “[...] a educação do educador reaparece na função do Estado e, principalmente, na importância para as classes subalternas de formar os seus próprios intelectuais e de fazer o inventário de sua história, a fim de superar a fragmentação de sua concepção de mundo” (Schlesener, 2016, p. 151). Esse processo exige um esforço contínuo de organização e de criação de redes de conhecimento que possam se contrapor à dominação cultural imposta pelos aparelhos ideológicos do Estado.

Em verdade, a relevância da educação popular, portanto, não está apenas na transmissão de conteúdos formais, mas na possibilidade de construção de uma nova concepção de mundo a partir das experiências e das necessidades das classes trabalhadoras. Como explica Gramsci, “[...] uma nova hegemonia exige a construção de uma nova linguagem científica, uma nova forma de se relacionar com o mundo externo” (Schlesener, 2016, p. 19). A educação, ao assumir esse papel, torna-se um dos principais instrumentos de luta contra a alienação e a subordinação.

Dessa forma, a educação popular gramsciana não se reduz a um método pedagógico, mas se configura como uma prática política essencial para a construção de um projeto alternativo ao modelo dominante. Como enfatiza Schlesener (2016), “[...] pensar de modo autônomo e expressar claramente as ideias tem grande significado na luta política” (p. 151). Isso demonstra que o processo educativo é, acima de tudo, um espaço de disputa ideológica, onde se decide não apenas o que se aprende, mas também a quem esse conhecimento serve.

A contestação e a rebeldia deve se educar e ser educada numa ação cultural/política persistente, que passará decerto por uma fase econômico-corporativa, mas que não é capaz ainda de conceber a hegemonia e o universo das supraestruturas complexas que a compõe. Esse processo se confunde com a elaboração de uma massa de intelectuais que emergem da própria classe que se constrói e por isso mesmo intelectuais orgânicos, no dizer de Gramsci (Schlesener, 2016, p. 151).

A partir do fragmento do texto acima confirmamos que a formação de intelectuais orgânicos dentro da classe subalterna é um fator essencial para a resistência às imposições da hegemonia

dominante. Gramsci distingue entre intelectuais tradicionais¹² e orgânicos, ressaltando que os primeiros atuam na manutenção da ordem vigente, enquanto os segundos emergem do próprio seio das classes trabalhadoras e desempenham um papel central na luta pela transformação social. Como aponta Gramsci, “[...] os intelectuais orgânicos são aqueles ligados ao mundo da produção, ao trabalho proletário e, assim, são os próprios ‘subalternos’ ou aqueles que defendem o ponto de vista da ‘classe subalterna’ e que atuam através ‘do partido de novo tipo’” (Fonseca, 2017, p. 114). Esse processo de formação intelectual, como ele afirma, não ocorre de forma espontânea, mas exige um trabalho contínuo de organização política e educacional.

3.1 GRAMSCI E A EDUCAÇÃO POPULAR: BUSCANDO ALTERNATIVAS EMANCIPATÓRIAS

A concepção gramsciana de educação popular para as classes subalternas está intrinsecamente ligada ao processo de construção da hegemonia e à necessidade de uma formação que permita a compreensão crítica da realidade e a organização política das massas. Para Gramsci, a educação não pode ser reduzida a um instrumento técnico de reprodução do conhecimento, mas deve ser uma via de emancipação social, na qual os trabalhadores adquiram consciência de sua condição e capacidade de transformação. Conforme afirma Gramsci, “[...] a primeira emancipação da servidão política e social é a do espírito” (Gramsci, 1982, p. 643). Além disso, ele afirma que “[...] a história pedagógica demonstra que cada classe que se preparou para a conquista do poder tornou-se apta mediante uma educação autônoma” (Gramsci, 1980, p. 642).

A educação e a emancipação são conceitos que, no contexto do materialismo histórico, deveriam ser análogos ou vinculados em relação de semelhança e completude: a educação deveria ser sempre emancipadora. Mesmo nos limites da sociedade capitalista, as classes subalternas não podem abrir mão da educação formal, simplesmente porque, para enfrentar a luta pela hegemonia, precisam entender as formas de dominação a que estão submetidos, e isso só é possível pelo acesso ao conhecimento historicamente produzido (Schlesener, 2016, p. 172).

¹² Para Gramsci, os **intelectuais tradicionais** são aqueles que se apresentam como neutros e independentes em relação às estruturas sociais, mas que, na realidade, desempenham um papel fundamental na manutenção da hegemonia da classe dominante. Esses intelectuais, que incluem professores, clérigos, juristas e acadêmicos, costumam perpetuar a ideologia dominante ao invés de questioná-la, reforçando a estabilidade do sistema capitalista. Segundo Gramsci (2001, p. 8), “[...] os intelectuais tradicionais tendem a se ver como uma categoria autônoma e independente, mas, na verdade, desempenham uma função de conservação da ordem existente, servindo aos interesses da classe dominante”. Assim, ao contrário dos **intelectuais orgânicos**, que emergem das lutas sociais e buscam transformar a realidade, os intelectuais tradicionais atuam na reprodução do status quo, garantindo a continuidade da hegemonia vigente. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

A educação popular, sob a ótica de Antonio Gramsci, é um fator indispensável para a resistência das classes subalternas contra as imposições ideológicas da classe dominante. A emancipação social depende da formação de uma consciência crítica, capaz de compreender os mecanismos de dominação e transformar a realidade. Como Gramsci argumenta, “[...] a escola deve permitir que os trabalhadores adquiram não apenas um conhecimento técnico, mas uma concepção mais ampla da estrutura social, de modo que possam intervir ativamente na transformação da realidade” (Gramsci, 2001, p. 152). Isso evidencia que a educação não é apenas um meio de transmissão de saberes, mas um espaço de disputa pela hegemonia, sendo essencial para que os trabalhadores possam elaborar sua própria concepção de mundo.

Ademais, a importância da educação popular reside em sua capacidade de formar intelectuais orgânicos, ou seja, sujeitos oriundos das próprias classes subalternas que possam contribuir para a construção de uma nova hegemonia. Diferente dos intelectuais tradicionais, que servem à manutenção do *status quo*, os intelectuais orgânicos desempenham um papel ativo na organização política dos trabalhadores e na formulação de uma nova cultura popular. Segundo Gramsci, “[...] nenhuma classe dominante pode manter seu domínio apenas pela força; precisa conquistar a adesão de setores da sociedade por meio de um consenso ideológico que deve ser construído desde a infância” (Gramsci, 1982, p. 25).

A resistência das classes subalternas, no entanto, não pode se limitar ao campo teórico; é necessário que a educação esteja vinculada à prática cotidiana e às condições concretas da vida dos trabalhadores. Gramsci enfatiza que a consciência crítica só pode ser desenvolvida em meio a processos ativos de transformação social, nos quais os trabalhadores sejam protagonistas. Como ele afirma, “[...] educar-se para a luta significa tomar consciência das próprias condições de existência e transformá-las a partir de uma ação coletiva organizada” (Brandão, 2009, p. 47). Isso significa que o conhecimento deve ser construído a partir da experiência concreta, conectando teoria e prática para fomentar um aprendizado que contribua para a luta política.

Dito isso, a instrumentalização da educação pelas classes dominantes reforça o conformismo e a alienação, tornando essencial a criação de espaços alternativos de aprendizado que estimulem a autonomia intelectual das classes subalternas. Esses espaços podem se manifestar por meio de escolas populares, grupos de estudos, círculos de cultura e outras iniciativas voltadas para a formação política. Como enfatiza Freire, “[...] a educação não pode ser neutra; ou ela serve à libertação dos oprimidos ou à manutenção da opressão” (Freire & Nogueira, 1989, p. 102).

Desse modo, a educação popular, para Gramsci, deve estar inserida dentro de um projeto político mais amplo das classes subalternas. Ele enfatiza que a escola formal, embora marcada pelas

limitações impostas pelo Estado burguês, não pode ser ignorada pelas classes trabalhadoras. Pelo contrário, deve ser apropriado criticamente como um espaço de disputa de significados e conteúdos. Como ele endossa, “[...] mesmo nos limites da sociedade capitalista, as classes subalternas não podem abrir mão da educação formal, simplesmente porque, para enfrentar a luta pela hegemonia, precisam entender as formas de dominação a que estão submetidas, e isso só é possível pelo acesso ao conhecimento historicamente produzido” (Gramsci, 1982, p. 930). Além disso, ele reforça que a educação “[...] deve permitir que os trabalhadores superem a fragmentação de seu pensamento, compreendendo-se como classe social” (1982, p. 1366-8).

Ao abordar as várias possibilidades experimentadas por pedagogias modernas, a questão de fundo é ‘criar um tipo de escola que eduque as classes instrumentais e subordinadas a uma função dirigente na sociedade’, ou seja, trata-se de formar um coletivo e não apenas desenvolver alguma capacidade individual (Q. 9, p. 1183). Pensar na formação coletiva implica acentuar o caráter político do processo educativo e a importância, para as classes subalternas, de universalizar conhecimentos adquiridos, a fim de que superem a fragmentação de seu modo de pensar (Q. 11, p. 1366-8). E, principalmente, entender que a escola é um dos espaços de formação crítica, na medida em que a filosofia da práxis ou a dialética, como metodologia e critério de interpretação da realidade, possibilitam esse tipo de formação (Gramsci, 1982, p. 1366-8).

Assim, conforme o texto, a concepção gramsciana de educação popular destaca a necessidade de um projeto político que permita às classes subalternas não apenas compreender sua condição social, mas também atuar de maneira ativa na transformação da realidade. A escola, embora tradicionalmente controlada pelo Estado burguês, pode ser um espaço de disputa e resistência, desde que seja apropriada criticamente. Como aponta Schlesener, “[...] a escola tem uma função no contexto e nos limites postos pela sociedade instituída, mas considerando-se a correlação de forças que caracteriza a construção da hegemonia, pode-se tentar tornar a escola um possível espaço de questionamento da realidade e de busca de novos sentidos” (Schlesener, 2016, p. 21). Isso evidencia que, mesmo dentro dos limites impostos pelo capitalismo, a educação pode ser um instrumento de luta e organização para as classes trabalhadoras.

Dito isso, para que a educação popular cumpra esse papel, é necessário que os trabalhadores se apropriem do conhecimento de maneira coletiva, superando a fragmentação imposta pela divisão social do trabalho¹³. Gramsci destaca que a luta das classes subalternas pela hegemonia passa pela

¹³ Para Gramsci, a **divisão social do trabalho** não é apenas uma separação técnica das funções produtivas, mas um instrumento de **manutenção da hegemonia** da classe dominante. Ele argumenta que essa divisão cria uma hierarquia entre trabalho manual e trabalho intelectual, restringindo os trabalhadores à execução de tarefas sem permitir que desenvolvam uma compreensão crítica do sistema que os oprime. Essa separação reforça a alienação e impede que os trabalhadores assumam um papel ativo na formulação de um novo projeto político e social. Como afirma Gramsci (2001, p. 17), “[...] a divisão entre trabalho manual e intelectual corresponde a uma estrutura social que limita a ascensão dos grupos subalternos, perpetuando sua condição de dominação”. Dessa forma, superar essa divisão é fundamental para a construção de uma nova

formação de intelectuais orgânicos, capazes de elaborar um pensamento crítico a partir da experiência concreta dos oprimidos. Ele afirma que “[...] o conhecimento historicamente produzido deve ser apropriado pelas classes trabalhadoras, pois sem ele não é possível compreender as formas de dominação e estruturar uma resistência eficaz” (Gramsci, 1982, p. 1366-8). A formação coletiva, portanto, não é apenas uma estratégia pedagógica, mas uma necessidade política para que os trabalhadores construam um projeto próprio de sociedade.

A escola, nesse contexto, não pode ser reduzida a um espaço de reprodução do conhecimento dominante, mas deve ser reestruturada para permitir o desenvolvimento de uma consciência crítica. Segundo Gramsci, “a escola precisa mudar em sua estrutura, conteúdos e métodos, para criar as condições para o aluno reconhecer suas raízes culturais e os valores que transcendem seu tempo, a fim de compreender a sua inserção no mundo” (Gramsci, 1982, p. 1366-8). Isso implica não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas a transformação da relação entre educadores e educandos, promovendo uma aprendizagem ativa e participativa.

A construção de uma nova hegemonia, baseada nos interesses das classes subalternas, exige um método de ensino que não apenas informe os trabalhadores sobre sua condição, mas os capacite a intervir na realidade de maneira organizada. Como Gramsci enfatiza, “a educação não pode ser separada da prática política; ela deve preparar os trabalhadores para atuar como sujeitos históricos, capazes de construir sua própria concepção de mundo” (Gramsci, 1982, p. 1183). Esse processo passa pelo desenvolvimento de uma nova cultura política, que rompa com a subordinação ideológica imposta pelas classes dominantes e possibilite a construção de alternativas ao modelo vigente.

Além disso, a resistência das classes subalternas depende do domínio da linguagem e da capacidade de articular um discurso próprio, que contraponha a narrativa dominante e fortaleça a identidade coletiva dos trabalhadores. Gramsci argumenta que “[...] a hegemonia se consolida pela formação do consenso passivo, e esse poder das classes dominantes se ampliou de forma inusitada com a inserção das novas tecnologias de comunicação” (Gramsci, 1982, p. 1050). Desse modo, para enfrentar essa dominação, a educação popular deve proporcionar aos trabalhadores ferramentas para interpretar criticamente a informação, desconstruir discursos ideológicos e elaborar uma visão autônoma da realidade.

Em tempo, a mera participação na educação formal não é suficiente. É preciso criar espaços alternativos de formação, onde os trabalhadores possam desenvolver um pensamento autônomo e crítico. Gramsci destaca que a construção de uma nova hegemonia exige não apenas a produção de

hegemonia que integre teoria e prática na formação de uma consciência crítica e emancipatória. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

um novo conhecimento, mas também a construção de intelectuais orgânicos que atuem como mediadores entre as classes populares e a transformação social. “Nos *Cadernos do Cárcere*¹⁴, a educação do educador reaparece na função do Estado e, principalmente, na importância para as classes subalternas de formar os seus próprios intelectuais e de fazer o inventário de sua história” (Gramsci, 1982, p. 643).

Desse modo, a educação das classes subalternas deve, portanto, estar ancorada na dialética entre teoria e prática, evitando a simples reprodução do conhecimento dominante e promovendo a formação de uma consciência coletiva. Gramsci argumenta que “[...] o conhecimento se apresenta como um instrumento de poder e de dominação para os dominantes e como via de emancipação para os subalternos ou dominados” (Gramsci, 1982, p. 643). Nesse sentido, ele ressalta que “[...] a educação popular deve criar um tipo de escola que eduque as classes instrumentais e subordinadas a uma função dirigente na sociedade” (Gramsci, 1980, p. 1183).

Na prática, a educação popular gramsciana requer a criação de espaços coletivos de reflexão e ação, tais como grupos de estudos, publicações independentes e iniciativas pedagógicas voltadas para a formação política dos trabalhadores. O próprio Gramsci esteve envolvido na criação de jornais, revistas e escolas de formação política, reconhecendo a importância da organização da classe trabalhadora no processo educativo. Ele enfatiza que “[...] a escola de partido deveria ser composta por opúsculos tratando das questões elementares do marxismo, explicitando as condições concretas da realidade econômica e política” (Gramsci, 1982, p. 643). Ainda, destaca-se que “[...] o relativo sucesso da escola de *L'Ordine Nuovo*¹⁵, em 1920, pode ser explicado pelo vínculo existente entre

¹⁴ Os *Cadernos do Cárcere* são uma coleção de escritos produzidos por **Antonio Gramsci** entre 1929 e 1935, enquanto esteve preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Nessa obra, Gramsci desenvolve suas principais reflexões sobre **hegemonia, intelectuais, educação, cultura e Estado**, formulando um arcabouço teórico essencial para a compreensão das relações de poder na sociedade. Os textos não foram organizados em uma estrutura linear, mas escritos como notas e fragmentos, abordando temas como a hegemonia cultural, o conceito de **intelectual orgânico**, a sociedade civil e a luta das classes subalternas. Como destaca Gramsci (2001, p. 5), “[...] a luta pela hegemonia se dá não apenas no campo político e econômico, mas principalmente na esfera cultural e ideológica, onde se definem os valores e concepções que orientam a sociedade”. A publicação póstuma dos *Cadernos* consolidou Gramsci como um dos mais importantes pensadores marxistas do século XX, influenciando diversas áreas do conhecimento, especialmente a educação, a sociologia e a ciência política. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁵ **L'Ordine Nuovo** foi um jornal fundado em 1919 por **Antonio Gramsci**, Palmiro Togliatti, Angelo Tasca e Umberto Terracini, em Turim, Itália. Inicialmente, a publicação tinha como objetivo divulgar ideias socialistas e discutir questões trabalhistas, especialmente relacionadas à organização dos **conselhos de fábrica**, que Gramsci via como embriões de uma nova sociedade socialista baseada na participação direta dos trabalhadores. Com o tempo, o jornal se tornou um espaço essencial para a formulação de sua teoria política, abordando temas como **hegemonia, revolução proletária e educação popular**. Como destacou Gramsci (1978, p. 45), “[...] os conselhos de fábrica representam não apenas uma forma de organização dos trabalhadores, mas um instrumento de transformação da sociedade, rompendo com a estrutura tradicional do Estado burguês”. **L'Ordine Nuovo** foi um dos principais veículos da esquerda revolucionária italiana no período pós-Primeira Guerra Mundial e desempenhou um papel crucial na formação das ideias que Gramsci posteriormente desenvolveu nos *Cadernos do Cárcere*. Ver: GRAMSCI, A. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)*. Torino: Einaudi, 1978.

movimento e processo educativo, cuja implicação mais forte é a possibilidade de o educador ser educado pelo movimento” (Del Roio, 2006, p. 322).

4 CONCLUSÃO

A partir da releitura gramsciana da educação popular, foi possível compreender que esse modelo educativo transcende a simples transmissão de conhecimentos, configurando-se como um processo político de construção de uma nova hegemonia. A educação popular, longe de ser um mecanismo passivo, emerge como uma ferramenta essencial na emancipação das classes subalternas, permitindo que os sujeitos populares se reconheçam como protagonistas da história e, assim, reconfigurem suas próprias trajetórias.

Ao longo desta pesquisa, evidenciou-se que a hegemonia das classes dominantes é sustentada não apenas pelos meios de produção, mas também pelo controle ideológico exercido por meio da educação formal. Gramsci (2001) argumenta que a escola tradicional desempenha um papel crucial na manutenção do consenso passivo, pois molda as concepções de mundo de maneira a reforçar as hierarquias sociais existentes. Dessa forma, a educação popular, ao operar de maneira contra-hegemônica, torna-se um espaço de resistência e construção de novos sentidos, rompendo com a imposição dos “grilhões invisíveis” que naturalizam a subalternidade (Schlesener, 2016).

Um dos principais achados desta pesquisa foi a constatação de que a educação popular está intrinsecamente ligada à formação de intelectuais orgânicos. Esses intelectuais, conforme Gramsci (2001), não estão dissociados das classes populares, mas emergem de seu interior, desempenhando um papel fundamental na articulação de uma nova consciência coletiva. A educação popular, nesse sentido, deve promover uma integração entre teoria e prática, permitindo que os educandos compreendam não apenas os conteúdos formais, mas também as relações de poder que moldam suas vidas.

Outro aspecto central observado foi a importância do diálogo como método essencial na educação popular. Em consonância com as ideias de Paulo Freire, a prática educativa deve ser participativa e problematizadora, permitindo que os educandos reflitam criticamente sobre sua realidade e se apropriem de seu papel na transformação social. A educação não deve ser um instrumento de submissão, mas de emancipação, onde a relação dialógica possibilita que os sujeitos populares construam novos significados para suas experiências vividas (Freire, 2011).

A pesquisa também revelou que a luta pela educação popular está atrelada à disputa por um novo projeto político e social. Como enfatiza Gramsci (2001), a construção de uma nova hegemonia requer a formulação de um modelo educativo que supere a fragmentação do pensamento dos

trabalhadores e promova uma concepção de mundo mais coerente com seus interesses históricos. Isso implica na formação de espaços autônomos de educação, nos quais os sujeitos subalternos possam desenvolver sua própria narrativa e construir estratégias de resistência.

Outro ponto relevante discutido foi a necessidade de repensar a relação entre educação e trabalho. A divisão social do trabalho, ao separar o saber teórico do saber prático, reforça a alienação das classes populares. Gramsci (2001) propõe que a educação deve ser capaz de articular conhecimento e prática, permitindo que os trabalhadores compreendam sua própria realidade econômica e social. Essa abordagem se alinha com a proposta da educação popular, que busca romper com a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, promovendo uma formação integral e emancipatória.

Ao longo desta investigação, evidenciou-se que a educação popular é um campo de disputa ideológica, onde se confrontam diferentes concepções de mundo. Se, por um lado, a educação tradicional visa à reprodução das relações de domínio, por outro, a educação popular constitui-se como um espaço de resistência, que busca a transformação das estruturas sociais. Dessa forma, reafirma-se que a educação popular não pode ser compreendida apenas como um método pedagógico, mas como um instrumento estratégico na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a educação popular gramsciana é uma via potente para a emancipação das classes subalternas, desde que articulada a um projeto político de transformação social. Para tanto, é necessário fortalecer as iniciativas de educação popular, investindo na formação de intelectuais orgânicos e na criação de espaços autônomos de ensino. Apenas por meio da educação crítica e libertadora será possível romper com as amarras da subalternidade e construir uma nova hegemonia baseada na participação popular e na justiça social.

Diante disso, a pesquisa aponta para a necessidade de ampliar os estudos sobre educação popular a partir de uma perspectiva gramsciana, explorando novas estratégias de formação política e mobilização social. A educação popular, ao promover a conscientização e a organização dos sujeitos históricos, revela-se como um instrumento indispensável na construção de um futuro mais equitativo e solidário.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- DEL ROIO, M. Antonio Gramsci e a filosofia da praxis. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FONSECA, D. S. Intelectuais e educação: Uma leitura de Gramsci e Althusser sobre a formação de intelectuais e a hegemonia na sociedade contemporânea. Curitiba: CRV, 2017.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P., & NOGUEIRA, A. Educação popular e educação libertadora. São Paulo: Editora Cortez, (s/d).
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MINAYO, M. C. DE S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MINAYO, M. C. DE S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MINAYO, M. C. DE S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MINAYO, M. C. DE S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2016.
- SCHLESENER, A. J. Hegemonia e emancipação em Gramsci: uma leitura crítica da ideologia dominante. São Paulo: Expressão Popular. 2016.
- SANTOS, A. N. S. dos. et. al. “Ecoalfabetização ancestral”: por uma valorização dos saberes indígenas para um futuro sustentável na América Latina. Cuadernos De Educación Y Desarrollo, 16(7), e4885, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n7-107> Acesso em 01 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. “Educação comprometida”: a práxis pedagógica crítica, libertária e engajada sob a lente de Bell Hooks. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e8633, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-043> Acesso em 01 de Jan. de 2025.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. “Por uma educação intercultural”: explorando o enfoque socioformativo para a construção de cidadãos críticos e sustentáveis a partir de uma perspectiva decolonial. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(8), e6373, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n8-171> Acesso em 01 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. “Semear diversidade na educação”: a pedagogia de Paulo Freire como ponte da interculturalidade na educação infantil latino-americano. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(8), e6454, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n8-209> Acesso em 01 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. Descolonizando os currículos –O protagonismo negro na transformação do conhecimento e dos currículos no processo de descolonização educacional brasileira. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(11), e7980, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n11-237> Acesso em 01 de Jan. de 2025.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. Descolonizando saberes: a busca pela revolução contra-hegemônica da educação latino-americana no contexto contemporâneo. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo*, 16(6), e4636, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n6-178> Acesso em 01 de Jan. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. Educação decolonial: desafios epistêmicos e a luta contra o eurocentrismo, patriarcado e capitalismo na contemporaneidade. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9101, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-142> Acesso em 01 de Jan. de 2025.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. Entre a libertação e o engajamento –A influência de Paulo Freire na pedagogia transformadora de Bell Hooks. *Caderno Pedagógico*, 21(12), e10414, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cad-pedv21n12-075> Acesso em 01 de Jan. de 2025.

SANTOS, A. N.S. dos. et. al. Epistemologia do Sul, pós-colonialismo e descolonialidade: explorando afinidades e divergências sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9586, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-277> Acesso em 01 de Jan. de 2025.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. Paulo Freire: do educador ao gestor –transformações da secretaria de educação às escolas públicas populares da América Latina. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9774, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-334> Acesso em 01 de Jan. de 2025.

SANTOS, A. N. S. dos. et. al. Pedagogia dialógica – desafios e potencialidades da educação como prática da liberdade em Paulo Freire. *Caderno Pedagógico*, 21(13), e12120, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cad-pedv21n13-264> Acesso em 01 de Jan. de 202